



Código penal celeste, de Nilton Bonder. Editora Campus, 200 páginas. R\$ 42

Eva Spitz

Em vários livros publicados, e particularmente neste, o autor, rabino por vocação e exercício, mistura seus sólidos conhecimentos extraídos dos livros sagrados, para oferecer elementos filosóficos de reflexão para a constituição de uma ética para além do bem e do mal. Neste “Código penal celeste” ele bebe nas fontes de sua tradição (os rabinos chassídicos) e na psicanálise para criar uma nova ordem jurídica a fim de compreender as penalidades comumente atribuídas aos céus. “A consciência e a utopia humana por perfeição acabaram por gerar a expectativa do mais cruel código penal do universo. O universo que não conhecia a punição a descobriu na consciência humana”.

Pontuado de parábolas que datam de 150 a 1500 anos atrás, o livro propõe uma constituição baseada em princípios extraídos dos Dez Mandamentos e das Dez Pragas Originais, em que as regras para a vida na terra dependem de como abordá-las. O autor acredita que estaremos mais perto das leis do Universo quanto mais nos refletirmos nesse espelho e admitirmos um modo próprio de agir, que inclui necessariamente o risco, a tensão e até as inconsistências, que nos revitalizam e fazem oscilar entre o que é do momento e o sagrado, e nos permite mergulhar na miséria e redescobrir a virtude. Pois como diz: “Para compreendermos do que trata a justiça celeste temos que nos liberar da propaganda que fez dos céus um repositório de fantasias terrenas... No centro dessa propaganda estão os conceitos de paraíso e de inferno”.

Que o digam as religiões, os manipuladores do medo e a própria realidade: a questão do bem e do mal está mais viva do que nunca (apesar de seu perfil mais holístico no século XX, com a multiplicidade, as coincidências significativas, o yin e yang fundindo-se e expandindo-se para espantar a angústia e o simplismo do maniqueísmo). Bonder identifica como os maiores crimes contra o patrimônio existencial o estar ausente diante da vida, o abuso de julgamento e da crítica (falso testemunho), a intolerância para consigo mesmo. Contravenção, para ele, é

Vulnerabilidade, o passaporte para se ter uma vida integral

Nilton Bonder apropriou-se de conceitos jurídicos para analisar os limites da condição humana

abusar do ato de sentir dor e medo. As ausências são experiências fragmentadas em que uma ou até duas porções do corpo são inibidas e, portanto, corrompidas. Um fato que pode ser associado à morte precoce é o popular “mau olhar”. Ou “olhar equivocado” de quem identifica o mal contido nele mesmo em tudo que vê.

Todo assassinato se inicia numa morte interna

No tribunal criado pelo rabino Nilton Bonder, as responsabilidades celestes não se ocupam da extinção da vida do outro, mas da vida do próprio agente dessa escolha. Todo assassinato se origina da ilusão de falta de opção. Todo assassinato se inicia numa morte interna através da negação de aspectos de si mesmo que constituem pequenos suicídios. Matar o outro é escapar de se perceber matando a si mesmo. O autor cria uma espécie de tribunal terreno conectado com o tribunal celeste em que cada ser humano pode se referendar para conduzir a sua vida, sem ficar estagnado no erro ou no acerto, pois o Criador não é um policial de dimensões cósmicas.

Na verdade, diz ele, o eu e o divino se encontram na nudez e na vulnerabilidade. Para começar ninguém será cobrado no tribunal celeste por seus erros. Erros não condenam, muito pelo contrário, ajudam a estabelecer parâmetros para os limites e podem conduzir à benção que implica transformação e renovação. Mas os erros produzidos pela culpa e pela vergonha são matéria procedente de acusação. A culpa é fatal. A moral vigente deseja construir uma realidade onde todos serão punidos automaticamente. Mas, a rigor, só somos punidos literalmente ou por justiça terrena ou por fazermos de nossas vidas um inferno.

Excomungando a culpa, propondo a vulnerabilidade do ser como passaporte para a vida integral, é dessa forma que Nilton Bonder ousa adequar o códice divino à realidade cotidiana, sem sair da esfera dos ensinamentos sagrados. E avança: de que adianta a culpa sem o ato de restauração? Original e curiosa a sua maneira de se apropriar de conceitos da esfera jurídica, como contravenção e infração, indulto, anistia, dando-lhes conotações psicanalíticas. E as ilustrações de Maria Klabin ajudam a desvelar portais. ■

EVA SPITZ é jornalista